

Grande entrevista a Idalina Trindade

«Não fiz obra faraónica, mas tenho obra realizada e paga no valor de cinco milhões de euros»

Idalina Trindade foi uma das protagonistas da noite eleitoral de Outubro de 2013. Depois de três candidaturas conseguiu a eleição, que pôs fim a mais de 30 anos de poder da CDU na Câmara de Nisa.

Já com três anos de trabalho, enquanto presidente da Câmara de Nisa, Idalina Trindade fez um balanço «muito positivo» do projecto que colocou em prática no concelho, muito virado para as pessoas e para o seu bem-estar, através da concretização de obras «há muito esperadas pela população». A par disso, conseguiu ainda reduzir a dívida da Câmara, um «feito notável» que obrigou o executivo a fazer uma ginástica rigorosa na sua gestão.

Actualmente sem orçamento aprovado e, segundo diz, com muito para fazer, Idalina Trindade aponta as grandes prioridades até ao final do mandato e mostra-se disponível para dar continuidade ao trabalho desenvolvido.

Alto Alentejo - Chegou à Câmara em 2013 depois de várias candidaturas. É caso para dizer que nunca desistiu do povo de Nisa?

Idalina Trindade - Nunca desisti do povo de Nisa nem das causas nobres do meu concelho e das minhas gentes, candidatei-me três vezes.

A primeira candidatura aconteceu em 1993, com 28 anos, num contexto de maioria absoluta que nessas eleições se quebrou e em 2009 faltaram 100 votos para ganhar as eleições. O facto é que durante 34 anos a gestão autárquica esteve entregue à CDU e em 2013 o povo quis a mudança e que fosse eu a protagonista dessa mudança.

Naturalmente, não me movo por interesses pessoais, não são projectos de vida tão pouco, mas confesso que o desafio da vida autárquica me preenche muito mais. Aquilo que é a nossa capacidade de realização, em função das verbas disponíveis, e a concretização de proximidade com as pessoas realiza-me muito mais e é um trabalho que, além de desafiante, também é gratificante porque o poder por si só é inócuo, ter poder só por ter poder não é desafiante para ninguém, a menos que esse alguém tenha uma deformação emocional. Agora, utilizar o poder enquanto instrumento para transformar a realidade do concelho para melhor, e quando digo isto falo em conseguir que a qualidade das populações suba de nível, que o desenvolvimento económico atinja outros patamares, isso sim é interessante. Mas não nos podemos esquecer que o poder é efémero, vem do povo e reside no povo, nos sistemas democráticos, que é para mim o melhor sistema se bem utilizado dentro de parâmetros de tolerância e respeito.

Este mandato não é exercido com maioria absoluta, mas é sempre possível haver debate de ideias, reflexão e trocar pontos de vista sem sermos necessariamente desagradados e violentos. Aliás, durante este mandato, nas reuniões do executivo, não há gritos nem ofensas, há, sobretudo, respeito.

AA - Mas o facto de não ter maioria complicou a gestão autárquica...

I.T. - Naturalmente. Quem governa com maioria à partida tem a vantagem de saber que as suas estratégias e propostas têm garantias de aprovação. Quando isso não acontece há que gerir, reflectir, discutir e ter a capacidade de inflectir no percurso inicialmente traçado, por forma a salvaguardar o interesse público e não perder muito tempo em quezílias que não conduzem a efeitos práticos para a vida da comunidade que servimos, porque no fundo nós gerimos o erário público.

No exercício dos mandatos há que ter a consciência de que não estamos a gerir nada nosso, estamos a ser parte da coisa pública e é enquanto tal que nos devemos comportar. Naturalmente que, por vezes, as nossas propostas não têm acolhimento da parte dos partidos da oposição, como é o caso do nosso orçamento para 2017 que não mereceu a aprovação por parte dos elementos do PSD e da CDU e em que os argumentos evocados não me pareceram pertinentes porque um orçamento de 13 milhões, face aos 21 milhões de 2009 e aos 18 milhões de 2013, não é um

orçamento despesista nem eleitoralista, mas tive de respeitar porque essa foi a vontade da maioria. Claro que isto dificulta os horizontes de concretização, nomeadamente aquilo que são propostas efectivas negociadas ao nível dos instrumentos de financiamento quer do ponto de vista do consórcio internacional, e refiro-me ao POCTEP, quer do ponto de vista da concretização daquilo que foram as intenções de investimento do município no âmbito da ITI e do respectivo plano de acção, mas também ao nível do que se encontra contratualizado em termos de verbas do PEDU. A ver vamos agora se os vereadores da oposição estarão disponíveis para as necessárias alterações orçamentais e revisões para concretizar os melhores desígnios em prol do benefício económico e do bem-estar da população.

AA - E se não estiverem?

I.T. - Se não estiverem terei de explicar à população que a obra do Mercado de Tolosa já poderia ter acontecido mais cedo, tal como as obras nos passeios na entrada norte de Alpalhão, num investimento equivalente a 240 mil euros, e que era uma reivindicação antiga da população.

A questão aqui é que como não temos o PPI aprovado tivemos de submeter à Assembleia Municipal porque, determina a lei, que nos 60 dias anteriores ao final do ano económico não se pode fazer adjudicações, quando se trata despesas plurianuais e o valor para o ano seguinte é superior a 100 mil euros. Foi isso que aconteceu, daí que tenham ocorrido pequenos atrasos nestas intervenções que o povo do concelho espera há muito tempo.

AA - Afirmando, há pouco tempo, que «herdou uma câmara falida». Como é que está actualmente a situação financeira da Câmara?

I.T. - Sim, disse, e é uma expressão que eu gosto de utilizar quando o nosso enjoo de concretização é limitado por dificuldades financeiras em que as nossas perspectivas saem goradas e aquilo que sabemos que podemos fazer e realizar pode e foi, neste caso, muito manietado porque tivemos de alocar, e continuamos a fazê-lo, muitas verbas ao serviço da dívida.

Em 2013 a situação era um pouco melhor do que esteve em 2009 porque nesse ano a dívida total do Município era equivalente a 14 milhões de euros, mas em 2013 a dívida ainda era equivalente a sete milhões e meio de euros. Se a isto juntarmos a realidade das dívidas da Ternisa, empresa municipal que estava em incumprimento e ao arripio daquilo que foram as normas do chamado «livro verde», que tivemos de liquidar a empresa porque tinha um passivo de cerca de uma milhão de euros, 600 mil euros à banca e 400 mil euros aos fornecedores, penso que para quem seja um intérprete objectivo e despojado de qualquer espírito de conveniência ideológica me dará razão quando digo que a situação não era boa, antes pelo contrário.

Neste momento a dívida do Município, em termos do curto prazo, baixou 64 por cento, ou seja, passou de 700 mil euros para cerca de 380 mil euros, e no longo prazo teve uma

suavização equivalente a 47 pontos percentuais e situa-se actualmente na ordem dos quatro milhões de euros.

Em termos de resultados líquidos do exercício, aquilo que é expresso no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é que de resultados sistematicamente negativos desde 2005, com um pico péssimo em 2009 em que o resultado líquido municipal ficou abaixo da linha de água, na ordem de um milhão e 800 mil euros. Em 2012 o resultado negativo foi de 100 mil euros e a partir de 2014 vê-se, claramente, uma recuperação com o resultado líquido de 500 mil euros e em 2015 com um milhão de euros.

Foi pouco simpático encontrar este cenário que, do meu ponto de vista, se deve a uma gestão que não se preocupou em precaver o futuro e que foi despesista com o recurso sistemático a empréstimos de longo prazo. Entre 2002 e 2009, a Câmara de Nisa recorreu à banca através de 25 empréstimos de longo prazo e dois empréstimos *spread* para regularização da dívida, num montante total superior a 10 milhões de euros, dos quais, no mesmo período, apenas foram pagos três milhões de euros. Por isso no início do mandato fomos obrigados a fazer amortizações extraordinárias relativamente a três destes empréstimos que violaram, e isso está escrito pela CDCRA, a lei da consignação das receitas, porque quer o empréstimo contraído em 2006, relativamente à rede de águas, quer o empréstimo contraído em 2007, para requalificação da Praça da República, e o empréstimo contraído em 2009 para a construção e recuperação paisagística do complexo termal, excederam, em montante equivalente a 800 mil euros, o valor da comparticipação financeira e dos respectivos empréstimos, logo deveriam ter sido objecto de amortização extraordinária e não foram, por isso este executivo teve de amortizar cerca de 480 mil euros.

Relativamente ao encerramento do projecto de construção e recuperação paisagística do complexo termal alocamos a verba que recebemos de fundo comunitário na amortização financeira desse empréstimo, ou seja, não foi usada essa verba para fazer obra à conta de projectos anteriores.

Até 30 de Dezembro de 2016 o município já amortizou, quer em juros normais, quer em amortizações normais e extraordinárias, o montante de um milhão e 280 mil euros.

Por isso, nos meus primeiros atendimentos às pessoas vinham basicamente pedir-me dinheiro para a dívida, havia uma relação de alguma desconfinança na entidade municipal porque não era de boas contas. O prazo de pagamentos aos fornecedores em 2011 atingiu os 317 dias, actualmente pagamos aos nossos fornecedores em três dias, o que é notável e só se consegue concretizar com muito esforço, muita contenção da despesa corrente e com alguma competência de gestão.

Apesar de tudo isto, o nosso serviço de dívida ainda é pesado porque equivale a 28 por cento das nossas receitas.

AA - Apesar disso, a gestão autárquica não parou. Qual é o balanço que faz desta



mandato?

I.T. - Sinceramente, o balanço é muito positivo. O dia-a-dia de um autarca não deve ser fácil, a avaliar pelo meu, mas no contexto de minoria mais difícil se torna. Em todo o caso, o melhor retorno é o *feedback* que temos da população. Existem intervenções, em termos de obras, muito desejadas há longos anos por esta comunidade, não apenas na sede de concelho, mas também nas aldeias, que desde a primeira hora entendemos que eram expectativas legítimas e às quais deveríamos corresponder. Sendo que tínhamos uma dívida substancial, nos primeiros meses de mandato não foi possível abalancarmo-nos em grandes concretizações, mas, desde logo, através da administração directa, ou seja, no aproveitamento daquilo que são os recursos rotineiros da Câmara, encetámos diligências.

Foram pequenas intervenções que reforçaram, em termos identitários, aquilo que é nosso. Um dos nossos compromissos era respeitar os nossos valores e as nossas gentes porque me parece que esse é um dos primeiros deveres dos autarcas, quando sentimos na pele e no sangue que nos corre nas veias a verdadeira alma do nosso povo. A isto chamo fazer as coisas acontecer e nós fizemos acontecer as feiras e mercados na Devesa, uma cobertura para os táxis na Praça da República, fizemos uma intervenção para criar, junto ao Cineteatro, uma área de estacionamento para autocarros, requalificámos, na estrada das Amoreiras, um espaço que mais não servia do que lixeira, recuperámos o antigo viveiro da JAE. Ao nível das obras terminámos o primeiro ano de mandato com uma carteira de empreitadas no montante de dois milhões de euros e aproveitámos tudo o que era possível aproveitar do Quadro Comunitário anterior.

O Mercado Municipal e zona envolvente é um dos grandes exemplos. Foi uma obra de cerca de meio milhão de euros e que pecou por tardia porque as necessidades dos vendedores não se compadeciam com a fragilidade do ponto de vista da agressão climática, quer no Verão quer no Inverno, e transformámos aquele espaço em algo bonito e com alma, capaz de receber todo o tipo de eventos. Fizemos ainda a ligação em calçada daquilo que é um corredor que estava em terra batida entre a Praça da República e o espaço envolvente ao Mercado, sempre na perspectiva de trabalhar para as pessoas, de conferir à sua vida mais dignidade e satisfazer necessidades que achamos serem legítimas.

Procedemos também à requalificação dos acessos à zona industrial como forma de estimular a economia e enobrecer aquela que é uma das entradas da vila. Foram feitos passeios e foi aberto um caminho até ao Parque de Jogos, num investimento superior a 100 mil euros, aliado também ao melhoramento do campo de futebol, que era um sonho antigo de todos aqueles que praticam futebol. Nisa era o único concelho do distrito a trabalhar com um relvado pelado. Ora, isto pareceu-me terceiro-mundista, quase da Idade Média nos tempos de correm e ao arripio daquilo que deve ser a boa prática gestonária no aproveitamento dos fundos comunitários, que foi ter-se deixado passar o comboio uma, duas, três vezes e não

se terem realizado os melhoramentos no campo de futebol. Hoje temos um campo sintético que nos honra, que nos orgulha e que essencialmente é usado amador, de dia e de noite, pela população, sendo de realçar que temos uma parceria com o Sport Nisa e Benfica no sentido de providenciarmos algumas melhorias ao nível das bancadas, dos balneários e ainda a instalação de uma cobertura nas bancadas, através de uma candidatura, proposta pelo clube, a fundos na área do desporto, que mereceu acolhimento.

A.A. - Podemos então concluir que a dívida nunca foi uma obsessão deste executivo?

I.T. - Naturalmente que não. Tal como já referi, logo desde o primeiro ano de mandato tínhamos em marcha procedimentos de contratação, empreitadas em curso e em fase de concurso equivalentes a cerca de dois milhões de euros. Neste momento nós já pagamos investimento superior a cinco milhões de euros. Só nas primeiras obras que realizámos foram dois milhões de euros, mas há obras que ainda estão em curso, como os arruamentos em todas as freguesias do concelho, desde a azinhaga do Santo Menino, que foi uma promessa eleitoral há 15 anos e que ninguém realizou.

A oposição acusa-me muitas vezes de que o Mercado Municipal era um projecto deles. Pois de boas intenções o inferno está cheio. Quem é que o fez? Quem é que o pagou? Foi esta gestão. Porque quando chegámos ele estava por fazer, assim como a azinhaga do Santo Menino, o pontão sobre a Ribeira do Sor, o Centro Interpretativo do Conhal em que recuperámos a Escola Primária do Duque, as entradas da nossa vila que hoje são uma homenagem ao nosso artesanato, quer na sua vertente floral quer na sua vertente da olaria, o piso sintético, a pavimentação dos parques infantis da Praça da República que estavam completamente degradados, assim como os pisos de deck. Foi necessário, de facto, fazer estas intervenções urgentes. A requalificação da entrada oeste de Arez, naquela via entre a Praça de Touros e o limite da freguesia, que é muito ocupada pela população, a estrada da Nossa Senhora da Redonda, em Alpalhão, a requalificação do Alto de Santa Luzia, a par da recuperação, por administração directa, dos nossos antigos lavadouros, que mais não eram do que uma vergonha para a Câmara, num percurso carregado de religiosidade e tão utilizado, além de ser uma das entradas e saídas do concelho.

Há depois o arranjo paisagístico e a valorização do Bairro da Cevadeira, em que estamos neste momento a intervir, um bairro esquecido há mais de 30 anos com um problema recorrente de águas pluviais e residuais e que estamos em crer que vamos resolver.

O Largo do Cruzeiro, em Alpalhão, pelo menos dois presidentes de Câmara antes de mim tinham prometido fazer esta intervenção que me parece que valoriza o elemento histórico que ali se encontra, o Cruzeiro, a par de tornar o espaço público susceptível de ser usado por crianças, jovens e idosos porque vai ter equipamentos de ginástica.

Requalificámos ainda a zona das traseiras, na Avenida D. Dinis, que era uma obra muito esperada, e os cidadãos tinham o direito de ter uma utilização limpa daquele espaço.

Estamos a desenvolver, neste momento, a recuperação do Mercado de Tolosa conferindo-lhe a capacidade de utilização mais vasta, dotando-o de instalações que poderão acolher actividades culturais, além da sua tradicional utilização, ganhando espaço e conforto porque vai existir uma cobertura ligação directa ao exterior.

A nossa Torre do Relógio que é um emblema para quem tem o coração a bater por Nisa, e que estava feia, exigia cuidados e clamava para

que lhe fizessem justiça porque aquele é um monumento que muito nos identifica e cuja intervenção vai ainda incluir a sua iluminação, além da sua requalificação.

Ainda relativamente às obras por administração directa tenho de referir o caso do cemitério que desde há dez anos não via pinga de tinta, nem de cal, mas hoje faz justiça ao respeito maior que todos devemos à alma dos nossos antepassados que lá se encontram.

Recuperámos ainda o rés-do-chão do edifício da Junta de Freguesia de Alpalhão com vista à instalação do Museu do Brinqueado, fizemos uma intervenção na Rua Júlio Basso, associando imagens do nosso concelho a algum conteúdo floral e devolvendo às pessoas o passeio que lhes foi retirado aquando da intervenção nesta arteira, que é uma das principais zonas comerciais de Nisa.

A.A. - E no futuro quais são as grandes prioridades em termos de obras?

I.T. - Temos, naturalmente, em mente outros projectos que decorrem das nossas generosas intenções enquanto promotores de outras intervenções, uma que é importantíssima e se insere na área da saúde que é a construção do Centro de Saúde de Nisa. Já firmámos protocolo com a ULNSA no sentido de promovermos a candidatura desta obra logo que o aviso seja tornado público e estamos em crer que muito brevemente isso vai acontecer. Esta é uma obra que já devia estar feita e a ser usada, mas não foi fácil este processo porque numa primeira versão dos mapeamentos da saúde não aparecia o Centro de Saúde de Nisa, pelo que foi preciso arregaçar mangas, lutar e reivindicar porque o município adjudicou esta obra em 2013 e nunca a concretizou, sendo certo que havia uma candidatura aprovada com este fim.

Neste momento o processo aguarda o visto do Tribunal de Contas por ser um contracto que envolve uma despesa superior a 900 mil euros, por isso, a todo o momento que a candidatura seja submetida, logo que o aviso veja a luz do dia, estamos em condições de fazer a ligação da obra, que, apesar de ter sido adjudicada e contratualizada, nunca foi iniciada.

O projecto e a candidatura prevêem, não apenas um investimento em obra na ordem de um milhão e cem mil euros, mas também mais cerca de 400 mil euros para equipamento.

Outra das obras que achámos completamente necessárias, em termos de planeamento estratégico de desenvolvimento urbano, é a do Centro Histórico para o qual estão contratualizadas verbas no valor de um milhão e meio de euros e que inclui a requalificação do Largo dos Postigos e de alguns edifícios, nomeadamente aquele que irá alargar é um dos pólos do nosso Museu do Bordado e do Barro. Falo do edifício, situado na Rua da Cadeia Velha, denominado Casa da Rua da Cadeia Velha cuja intervenção pretende valorizar, aumentando em termos de espaço, a cultura.

Vamos também iniciar a concretização de vias pedonais em todo o centro histórico, que tem a forma de uma bastide quadrangular, de modo a que existam corredores limpos à volta do Centro Histórico. O que temos previsto no PEDU é a intervenção por forma a que, quer os turistas, quer os residentes, possam ter segurança ao nível da mobilidade.

Queremos ainda fazer da Casa do Forno a nossa sala de visitas. Temos a Matriz ao lado esquerdo quando passamos a Porta da Vila e vamos ter do lado direito a antiga Casa do Forno, onde os visitantes vão poder experimentar todo o processo de fazer pão, porque penso que este tipo de experiência, em termos turísticos, é algo que é muito vendável hoje em dia. E se nós tivémos roteiros urbanos dentro do centro histórico, onde seja fácil caminhar, porque neste momento não é, isso poderá impulsionar o turismo.

Além destas obras há uma que é uma necessidade absoluta, é algo de gritante, que é a recuperação do Hospital Velho. Este edifício, onde está a Câmara, foi recuperado, mas ele apenas corresponde a uma pequeníssima parte do todo que é este edifício de traça antiga. Por isso estamos já a ultimar o projecto.

Queremos também, até ao final do mandato, erguer um monumento de homenagem aos nossos emigrantes porque eles merecem que nos congreguemos, em alma e em corpo, na edificação de uma escultura que os possa homenagear.

No âmbito da consórcio do POCTEP, através da situação geográfica que nos confere a qualificação de território transfronteiriço, também somos proponentes de algumas intervenções muito viradas para o rio, nomeadamente a valorização das margens ribeirinhas nas aldeias, percursos temáticos que têm a ver com o rio e com os seus produtos e, algo que já realizámos, que é a mostra itinerante de produtos que já colocamos no evento "Nisa em Festa", mas que foi concebida para estar em certames internacionais, como é o caso da BTL onde vamos estar para promover a marca Nisa, que já não é um eufemismo, é algo de concreto que estamos neste momento a candidatar, no âmbito da ITI, em complementaridade com projecto "Mega Nisa" porque pensamos que, do ponto de vista cultural, a nossa valia em termos de património pré-histórico deve ser explorada para ser vendida ao turista, não apenas na vertente de valorização.

A.A. - O turismo é por isso uma área que merece a atenção da autarquia...

I.T. - Exactamente, no turismo cultural, de natureza e de história, por isso temos um protocolo com a Universidade de Évora, em que a primeira etapa foi o levantamento do Menir do Pantualvo e falta ultimar o trabalho de valorização da Anta do Saragoneiros, que fica bem perto da estrada que vai para Alpalhão, em que falta levantar a pedra de cobertura para termos então um verdadeiro roteiro do megalítico no concelho, juntamente com a Anta de São Gens.

Temos aqui vários monumentos que nos permitem fazer um roteiro interessante nesta área do megalítico, por isso, no âmbito do POCTEP, a nossa preocupação também de incorporar estes projectos.

A montra de produtos irá estar na FIL, desta feita, não apenas para avançar os nossos produtos endógenos, o saber fazer distinto e que conferer, por isso mesmo, autenticidade e características de concorrência positiva ao nível dos nichos de mercado que existem, como é o caso do queijo, também de uma perspectiva de internacionalização aliada ao turismo. Neste campo o Município aderiu à Rota Internacional do Queijo, que integra alguns municípios italianos e espanhóis, e já participámos num certame muito interessante que decorreu no Verão em Cáceres.

Gostava ainda de sublinhar que já temos um dossiê preparado para tentarmos a elevação da nossa Olaria Pedrada a Património Imaterial da Humanidade. Se fomos bem-sucedidos, a par do selo da marca Nisa que já está registado no Instituto da Propriedade Industrial, vai ser um patamar de progressão interessante para algo que é tão específico.

Estou em crer que, se os barros de Barcelos foram classificados, também os barros de Nisa, por maioria de razão e pela sua expressão, merecem ser classificados.

A.A. - Como é que tem sido a relação com as freguesias, tendo em conta que a maioria pertence a cores partidárias diferentes?

I.T. - Apesar das divergências ideológicas, que não contam em matéria de poder local, nós não podemos guiar-nos pela ideologia. A

relação tem sido profícua em termos daquilo que é o trabalho dos autarcas de freguesia e em parceria com a Câmara Municipal, outras vezes nem tanto, porque as freguesias também têm os seus próprios orçamentos, os seus desígnios pessoais e colectivos. Mas importa dizer que a Câmara já tinha protocolos de delegação de competências com todas as freguesias, não foi por imposição legal que isso aconteceu em Nisa.

Em todo o caso, de acordo com o novo regime jurídico das autarquias locais, fizemos o ajustamento destes protocolos pré-existent e celebrámos aquilo que a terminologia legal determina ser contratos inter-administrativos e acordos de execução, mediante os quais algumas tarefas e competências da Câmara foram delegadas nas Juntas de Freguesia. Falo das varreduras, das limpezas urbanas, da recepção e encaminhamento de resíduos, de água, e de documentos das rotinas dos fregueses com a Câmara, o que evita a vinda à sede de concelho.

No que respeita às transferências de verbas para as limpezas e manutenção, que dependem do número de habitantes, o município transfere para as várias freguesias uma verba que ronda os 80 mil euros por trimestre.

A.A. - Em 2014 o concelho ficou sem Ensino Profissional com o encerramento da ETAPRONI, gerida pela ADN. Esta associação continua a ser um problema para a autarquia?

I.T. - A Associação de Desenvolvimento de Nisa não é um problema da Câmara porque é uma entidade de natureza privada. Eu diria que o envolvimento da Câmara Municipal nesta entidade foi um envolvimento do ponto de vista de transferências financeiras, sem aparentes contrapartidas e, ali sim, este poderá ser um problema.

Quando era vereadora da oposição essa associação já dava alguns sinais, ainda que de uma forma muito nebulosa, de alguns incidentes envolvendo questões económicas. Aquilo que entendemos no início do mandato, e fizemos essa proposta em reunião de Câmara, era que cada força política assumisse um ano de gestão porque nos estatutos iniciais da ADN estava estabelecido que a Câmara tinha certas prerrogativas como fosse a de escolher o lugar que pretendia ocupar na Direcção e, durante muitos anos, a Câmara, através da sua presidente, ocupou a presidência da ADN.

Aquilo que em concreto posso dizer é que essa proposta não foi aceite e quem exerceu sempre o cargo de presidente da ADN foi a presidência e a vereação da Câmara. No início do mandato houve essa continuidade, porque o nosso estatuto jurídico explicita que a Câmara tem de deliberar sobre as representações noutras entidades, mas perante a recusa dos vereadores da oposição de assumirem a presidência, que lhes foi colocada à disposição, a presidente da Câmara e o vereador tiveram de assumir. Isto aconteceu em Novembro, mas em Dezembro o primeiro acto que faço, como presidente indigitada, foi uma reunião onde chegamos à conclusão que a ADN devia a tudo e a todos. Devia à banca, aos fornecedores, à Segurança Social, às Finanças, à Caixa Geral de Aposentações, à ADSE, aos trabalhadores, aos formandos, aos formadores, ao Técnico Oficial de Contas, aos senhorios da sua sede e aos senhorios das casas onde viviam os alunos de Cabo Verde, que tinham aulas na ETAPRONI.

Tudo somado dava uma dívida no valor um milhão e 500 mil euros. Perante esta situação a presidente a Câmara e o vereador, na reunião seguinte, declinaram continuar a assumir a presidência da ADN. Quem é que, sem ter estado na origem dos problemas desta ordem de grandeza, iria assumir uma dívida de uma entidade privada? Os vereadores, mais uma vez, também não quiseram ser presidentes



da ADN e, entretanto, penso que a associação neste momento não tem qualquer actividade. Lamento, daquilo que é a vertente do ensino profissional porque relativamente a outras valências que a ADN proporcionava à comunidade ela não precisava de existir para que essas necessidades fossem satisfeitas.

A Câmara, desde há dois anos, que tem um Gabinete de Inserção Profissional, que resulta de um protocolo com o IEPF e que é um excelente apoio às famílias, aos jovens e a todos aqueles que, através da formação, pretendem melhorar as suas capacitações para um melhor desempenho no mercado de trabalho. A partir do momento em que inauguramos o Centro Escolar, em 2014, no ano seguinte fizemos várias acções de formação modular, umas com equivalência ao 9º ano e outras com equivalência ao 12º ano, ou seja, a oferta no plano da formação e do encaminhamento profissional está a ser assegurada pelo próprio município, sem necessidade de uma terceira entidade da qual não se via nenhum retorno para a vida municipal, sendo que o que se pôde apurar ao final da sua actividade foi uma dívida colossal.

Temos, portanto, um núcleo de formação a funcionar nas instalações da antiga escola e um GIP a funcionar no edifício da Câmara. Temos depois todas as acções e apoios sociais às famílias carenciadas, aos jovens, à infância, colaboração com a CPCJ, mas aquilo que o concelho perdeu foi o ensino profissional, mas relativamente a isso eu continuo a estar disponível para ser parceira numa solução. Hoje a competência do Ministério da Educação, no âmbito da oferta típica da escola pública, vai mais além e já prevê a possibilidade de um Agrupamento de Escolas, como é o caso do de Nisa, ministrar o ensino profissional. As instalações que foram cedidas à ADN para desenvolver um ensino profissional na ETAPRONI continuam no Agrupamento de Escolas, não as ocupámos. Mas quem tem de dar o primeiro passo relativamente a esta matéria para o reaparelamento da oferta de ensino profissional no concelho, não me parece que seja a actual presidente da Câmara Municipal. E nem para pagar dívidas da entidade, o que não é legítimo, nem para ser a principal obreira, porque não foi ela que destruiu.

A.A. - Mas esta situação motivou o aumento do orçamento para este ano...

I.T. - Tudo porque os vereadores da oposição fazem finca pé de que a Câmara tem que fazer transferências financeiras para a ADN porque as pessoas envolvidas em empréstimos estão na iminência do seu património ter de responder perante uma dívida da ADN.

De meu ponto de vista, não pode o Município e a presidente de Câmara deixar de defender os interesses públicos do município, e refiro-me ao dinheiro colectivo. O orçamento municipal deve estar direccionado para suprir necessidades de todos os municípios nas várias áreas sectoriais de actuação, nomeadamente cultural, turística, apoio social, no investimento e desporto, não deve ser usado para resolver problemas de entidades privadas que se colocaram elas próprias em situações de debilidade financeira por má gestão.

Neste momento esta entidade tem um processo de recuperação de empresa, no qual a Câmara tem um crédito de 105 mil euros.

Agora isto não equivale a vincular o presidente de Câmara a transferir 160 mil euros de uma deliberação antiga para aquela entidade, quando a anterior edil, que propôs esta deliberação e depois a sua revogação com o fundamento de compensar a entidade pelo não uso das suas instalações em virtude da obra do novo Centro Escolar, uma vez que a entidade já tinha sido compensada para este mesmo fim em 1998 com uma transferência de 30 mil centos (150 mil euros) para construir as suas instalações, isto porque desde que se iniciaram as obras o município já tinha gratuitamente atribuído à ADN uma ala para desenvolver o ensino profissional.

Isto aconteceu em Agosto, em vésperas de final de mandato, mas aquilo que aconteceu foi que a Câmara manteve a deliberação que a então edil tinha proposto anteriormente e que a cumprisse quando tivesse fundos disponíveis. Ora, não vou agora repriminar uma situação com estes contornos que, tendo eu formação jurídica, se me afiguram de legalidade muito duvidosa. Por isso, o que neste momento está a acontecer é uma acção judicial, por mim proposta, submetendo ao Tribunal Administrativo

a análise dessa deliberação. Depois, ou tudo é legal e cá estará disponível para fazer essa transferência, ou o Tribunal considera que não é legal transferir o dinheiro e é isso que se vai fazer. Por isso enquanto esta situação não for clarificada não vai acontecer qualquer transferência pelo punho desta presidente da Câmara.

O ponto da discórdia relativamente ao orçamento de 2017 foi isto mesmo, a oposição votou contra porque não estava previsto no documento a atribuição do subsídio de 160 mil euros à ADN. É uma posição que eu tenho de respeitar, mas os senhores vereadores também têm de aceitar a minha, e em democracia é assim que acontece. Duvido, em substância, da legalidade desta deliberação até porque a anterior edil, também deliberação da legalidade da mesma, propôs que ela fosse revogada antes mesmo de terminar o seu mandato.

A.A. - E se esses 160 mil euros fossem pagos qual seria a diferença?

I.T. - A transferência de um montante de 160 mil euros para uma entidade que tem um passivo de um milhão e 800 mil, equivaleria sempre a não equilibrar absolutamente nada em termos financeiros e contabilísticos porque seria uma gota de água no oceano. As dívidas ao Estado seriam as primeiras a serem pagas, e este montante certamente que não chegaria sequer para isso pois a dívida à Segurança Social é de cerca de 120 mil euros, às Finanças cerca de 6.500 euros, à Caixa Geral de Aposentações de 52 mil euros e à ADSE 5.600 euros. Só aqui já consumia parte substancial da verba.

A.A. - O apoio social às famílias, crianças, jovens e idosos tem sido uma bandeira deste executivo. Quais as políticas que têm sido levadas a cabo no concelho?

I.T. - Nos dias que correm é fundamental que os municípios se foquem nesta realidade, muitas vezes para suprir ausências da administração central, outras vezes porque a relação de proximidade e conhecimento que se tem das situações conduzem a que se proponham e a que se tomem medidas no sentido de minorar as situações de carência, de abandono, entre outras.

Nesta matéria temos desenvolvido muito trabalho. Se tudo estivesse bem no concelho o meu discurso não seria este, mas que a nível social quer da saúde, o município tem, e é algo que herdei de bom, um acordo com o Centro de Saúde para o funcionamento de uma Unidade Móvel de Saúde, em que a Câmara assume a despesa dos combustíveis e da manutenção.

Ainda no campo da terceira idade, o município festeja o Dia do Respeito pela Pessoa Idosa; podíamos chamar-lhe o Dia do Idoso, mas achamos que merecem da nossa parte o maior dos respetos e celebramos sempre em Outubro a efeméride.

Mas, além disso, existem outras actividades como o programa Activesenior que é algo muito interessante em que o município tem uma rede de transportes montada e proporciona aos idosos de todas as freguesias a prática do exercício físico, a hidroginástica, caminhadas e convívios temáticos. É uma alegria ver os nossos idosos tão participativos.

Temos também um projecto chamado "Sénior Net" que funciona em Nisa e Alpalhão e envolve, em volta das novas tecnologias, uma franja considerável de idosos.

A nossa Biblioteca graças a uma dedicação extrema e uma apetência natural de duas funcionárias que ali trabalham, em que abordam temáticas de vários ordens e que muitas

vezes acabam em encenações interessantíssimas, algumas em articulação com as IPSS's, e que se deslocam às instituições do concelho no âmbito do projecto "Leitura e Memórias" em que os idosos recordam acontecimentos, hábitos e tradições muitas vezes esquecidas e que são revividas nestas acções.

"O chá com Letras" é outra iniciativa interessante que criámos recentemente e que praticamos no Centro Cultural de Alpalhão e na Biblioteca, que congrega à volta de um chá temas de conversa e partilha de experiências, o que me parece ser muito interessante porque, entre o isolamento e a solidão das paredes lá de casa, proporciona-se aqui um momento de interacção que é muito importante para quem está só. Por isso esta é uma aposta ganha que devemos continuar.

Temos também o curso de História e Histórias que é algo que estamos a desenvolver porque existem pessoas com espírito muito altruista aqui em Nisa. Existe uma pessoa, com uma bagagem cultural imensa, que é o professor António Carmona e que se dedica, uma vez por mês, a proporcionar a quem quiser, na Biblioteca, este curso onde transporta factos da

história local para uma dimensão da história Europeia ou Mundial fazendo sempre relevar os feitos do povo, dos ilustres, a arquitectura e a geografia de Nisa.

Nós podíamos ter o chavão da Universidade Sénior, no fundo o que fazemos é isso, é proporcionar práticas culturais, artísticas, desportivas, lazer e bem-estar a uma comunidade com mais de 55 anos, mas temos este conjunto de actividades.

Estamos também a avançar com o projecto "Nisa Social" que contempla quatro situações que queremos congregar numa só: o Cartão do Idoso, o Fundo Municipal de Apoio Social, a Telesistência e a Oficina Móvel Social.

Também apoiamos as famílias mais carenciadas ao nível da nossa política de facilidade em que deliberámos uma taxa mínima de IRS, que vai até aos 5 por cento, e aplicámos uma taxa de 2,5 por cento. Relativamente ao IMI aplicamos a taxa mínima e, no caso de famílias com filhos, aplicamos o mínimo dessa taxa modular que é permitida na legislação nacional.

Quanto às políticas direccionadas para a infância e para a juventude, de teor social, é de referir o transporte gratuito de todos os alunos para o Centro Escolar, independentemente do ciclo de ensino, e a oferta de manuais escolares, de modo a proporcionar igualdade de oportunidades a todos os alunos. Também temos um protocolo com o Agrupamento de Escolas e com a Coudelaria local no sentido de que os alunos com necessidades especiais possam ter aulas de hipoterapia, e transportamos ainda as crianças com necessidades especiais para a CERCI de Portalegre e para a APPACADM.

Proporcionamos ainda uma Academia de Férias gratuita com conteúdos muito interessantes, que não só replicam em termos de lazer aquilo que são os conteúdos dados em sala de aula, mas que também proporciona experiências diferentes a crianças do mundo rural como desfrutar de um dia na praia ou visitar locais novos. Estes passeios muitas vezes não são possíveis sem a pequena ajuda da Câmara e, nesse aspecto, queremos dizer presentes.

A Hora do Conto, proporcionada na Biblioteca Municipal, também é uma política de dívida às crianças em que as mães podem lá deixá-las a ouvir contos, para aqueles que não sabem ler, e os que já sabem algo estimular-lhes o gosto pela leitura. Desta forma não estão absorvidos

em contacto com as novas tecnologias, o que é muito saudável e tem bastante procura.

Criámos ainda o prémio de melhor aluno para estimular a excelência no ensino e temos o programa "Ler Mais", em que os livros da Biblioteca passam por vários estabelecimentos comerciais, por forma a que estimulemos o gosto pela leitura e, de alguma forma, quebre as barreiras que possam existir entre a Biblioteca como lugar para aceder ao livro.

A.A. - No último Verão anunciou um conjunto de investimentos privados no valor de dez milhões de euros. Nisa é hoje mais amiga dos empresários?

I.T. - Nós temos como lema, em termos de gestão do Município, que não devemos ostracizar o investimento privado, ou seja, ficarmos na nossa concha onde mais ninguém penetre além de nós. Penso que esse tem sido um erro que não tem dado bons frutos a nível do tecido económico local. Na verdade, há cerca de 15 anos que nada acontece na zona industrial, mas desde o início do mandato resolvemos vários processos burocráticos que têm a ver com situações de registo dos lotes e, por isso, fizemos um regulamento novo de atribuição de lotes para agilizar todo o procedimento.

Um empresário que tem uma ideia de negócio e que vem ao Município deve ter, da nossa parte, uma perspectiva de abrir horizontes, de quebrar barreiras e de ser facilitador em relação aos procedimentos. Essa é a nossa postura e, de facto, na zona industrial já se instalou uma empresa de agro-pecuária que abriu recentemente, e brevemente abrirá portas uma outra empresa que labora em componentes de alumínio. Mas temos também uma nova quejaria. É curioso, o quejão que é um produto identitário do nosso concelho, ou seja, a realidade está a mostrar que algo diferente se está a passar e, sem falsas modéstias, isto tem tudo a ver com a nossa postura enquanto agentes públicos que, naturalmente, acarinham ideias de negócio e novos investimentos.

Temos a consciência que o êxodo juvenil a que avanços sujeitos se deve à falta de emprego, e esta realidade, por mais que digam que não é assim, é um problema porque sem emprego não há vencimento, sem vencimento não há dinheiro para pagar renda de casa, para alimentar filhos e nem sequer para pensar em ter filhos.

Perspectivamos-se ainda investimentos na área do turismo na ordem dos dez milhões de euros e tem tudo a ver também com a nossa estratégia de desenvolvimento do território concelho na perspectiva de valorizar as margens do Tejo, porque sem ter água potável, sem ter luz eléctrica não se pode ter um investidor a aplicar o seu pecúlio também naquilo que deve ser obrigação de serviço público da Câmara Municipal e, por isso, a valorização das zonas ribeirinhas com estas prestações a acontecer ao nível da Barca da Ameira, onde está já um projecto aprovado no âmbito do investimento do turismo aliado à moda e a outras formas criativas.

Mais uma vez, nesta vertente do turismo, temos o parque de caravansismo em Montalvão que está prestes a entrar em funcionamento na Lomba da Barca.

Noutro contexto temos ainda o investimento no âmbito da criação de perus, em que já poderíamos estar a visualizar o investimento, mas muito em breve, uma vez que o processo de licenciamento já está pronto, teremos aqui este investimento.

São três pavilhões para a criação de perus, sendo que o nosso objectivo a longo prazo é, a partir da criação, podermos ter uma linha de abate e um centro de distribuição de carne. Esse é o meu sonho, vamos ver se conseguimos.

A.A. - Ao nível cultural quais foram as grandes apostas?

I.T. - Na perspectiva de intervenção cultural, o Município de Nisa, a par dos municípios do interior do País, acaba por ter oferta cultural diversificada, de uma forma paulatina e muitas vezes gradual.

O nosso cineteatro funciona quinzenalmente e tem uma programação cinematográfica em que procuramos que possa ser coincidente com estreas nacionais e isso tem acontecido. Inclusive, Nisa tem sido palco de várias experiências, também no âmbito da música, que não são tradicionais no concelho. Criámos o evento -Nisa em Música- que tem acontecido em Outubro e trouxemos, desde a



“As pessoas devem ser a nossa primeira preocupação”

primeira edição, vários estilos musicais como a ópera, jazz e o Cante Alentejano. Devo dizer que foram experiências que devemos repetir porque há público para este tipo de eventos.

Outro aspecto interessante é que já temos a nossa Valquíria visitável, de forma gratuita. Uma peça de Joana Vasconcelos inspirada no nosso artesanato e que recebemos com muito bom acolhimento, mas que pensamos que não deveria estar escondida, deveria poder ser partilhada por quem nos visita e por quem deu contributos, como é o caso das nossas artesãs.

Neste momento temos mais dois grupos musicais em Nisa, o Coro Sénior de Nisa e o Coro Em Canto de Montalvão, isto diz muito da sensibilidade das pessoas para a música, para a cultura e também da sensibilidade do Município em lhes dar a mão em termos do apoio logístico que necessitam.

Temos ainda uma parceria com a Banda da Sociedade Musical Nisense, a quem proporcionámos, nas instalações da antiga Escola do Convento, uma nova sede com um espaço que lhe permite fazerem actividades para angariação de fundos. tal como proporcionámos aos Bombos de Nisa e ao Rancho das Cantarinhas uma sede com dignidade no mesmo local.

Aliás, neste tempo fizemos questão de trazer a Nisa grandes nomes do panorama nacional que nasceram no seio da Banda, nomeadamente Sérgio Charrinho e Carlos Piçarra Alves, que são nomes incontornáveis da música erudita que honram o nome do concelho.

A.A. - O Município voltou também a apostar nos grandes eventos com a realização do "Nisa em Festa" a fazer lembrar a "Nisartes". Como está a correr esta experiência?

I.T. - O "Nisa em Festa" é uma grande montra expressiva do nosso artesanato. O programa de animação pretende sempre, para além de valorizar os grupos locais, integrar nomes grandes do panorama nacional, porque achamos que por uma vez no ano o concelho merece um presente do município e, por isso, alocamos alguma verba em algo que seja do agrado da maioria das pessoas e que tenha alguma expressão. É isso que temos tentado fazer ao trazer nomes como Pedro Abrunhosa, Tony Carreira, José Cid, entre outros, e o facto é que temos conseguido trazer um mar de gente à Praça da República Aliás, a nossa opção pela localização tem que ver com o valor que acrescenta à nossa vivência, essencialmente ao nível dos pequenos negócios, que neste momento têm aqui uma oportunidade de fazer lucro. O *feedback* que temos tido é muito positivo, tanto dos residentes como dos visitantes.

Mas a diferença entre o "Nisa em Festa" e a "Nisartes", além da localização, é que entre um prejuízo de cerca de 465 mil euros, que foi o prejuízo da "Nisartes" em 2009 com um custo de 561 mil euros, é sempre preferível, do ponto de vista da boa gestão, investir 145 mil euros, como fizemos em 2016, em que o prejuízo saldou em 87 mil 691 euros. Esta é diferença entre gerir de uma forma racional, tendo em conta que há objectivos de serviço público a cumprir.

A.A. - Os níveis de poluição do Rio Tejo têm afectado a população piscatória do concelho. Qual é a posição da Câmara face a esta situação?

I.T. - O que a Câmara está a fazer neste momento é acompanhar. A Câmara não tem competência para aplicar coimas às empresas poluidoras, a sua presidente não tem competências para dizer o outro presidente da Câmara onde estão instaladas estas empresas ou que a sua estratégia de desenvolvimento não deve passar apenas por postos de trabalhos, mas deve contemplar também a protecção ambiental. Há, portanto, aqui uma balança com dois pratos que precisa de equilíbrio. Naturalmente que a comunidade piscatória de Nisa tem sido afectada pelos níveis de poluição do rio. Como é sabido, contestámos e levámos o assunto à Comissão Parlamentar do Ambiente e, mais do que isso, trouxemo-la ao terreno para os deputados verificarem os efeitos negativos desta situação.

Aquilo que sabemos é que há uma linha de financiamento para que as empresas poluentes possam instalar sistemas de tratamento de efluentes antes do lançamento no rio para minorizar o impacto. Esperemos que tudo corra bem nesta perspectiva, mas temos tido alertas, até dos próprios pescadores, de que, de vez em quando, aparecem focos de poluição. O que

queremos fazer. e estamos em comunicação com o movimento proTejo, e até por aconselhamento deles, é monitorizar nós próprios a água para podermos ter dados concretos e monitorizados dos níveis de poluição do rio.

Há outro problema associado ao rio que tem que ver com a proximidade da Central Nuclear de Almaraz, o que também nos preocupa sobremaneira. Eu, enquanto autarca, não gostava que a população do meu concelho corresse riscos com a radioactividade.

Agora a preocupação acresce com aquilo que é veiculado pelo Governo espanhol de manter em funcionamento a Central para além de 2020 e, mais do que isso, a construção de um depósito de resíduos radioactivos, sem sequer terem obtido um parecer do Estado Português. Acho que cada macaco deve ficar no seu galho, mas, para além de marcar posição e de manifestar descontentamento, cabe ao Governo Português desenvolver todas os procedimentos no sentido de que haja respeito porque o Estado Português deveria ter sido considerado, enquanto parceiro, para opinar previamente e não o foi. Em todo o caso, a Câmara de Nisa, através de proposta de uma força política da oposição, decidi manifestar a sua preocupação e de a transmitir ao Presidente da República, ao Ministro do Ambiente, ao presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro e foi uma tomada de posição por unanimidade. Assim estivéssemos sempre em união e unísono relativamente a outras questões estruturantes e verdadeiramente essenciais para o progresso e bem-estar de todos os cidadãos de Nisa.

Nem sempre é fácil, mas as pessoas devem ser essencialmente a nossa primeira preocupação e aquilo que eu gostava, como para esta situação, é que acontecesse de forma igual porque, nomeadamente em matéria orçamental, insisto, acho que foi extremamente injusto, pois todas as propostas que foram efectuadas para o documento provisional tiveram em conta o interesse supremo da população.

A.A. - Quer isso dizer que está disponível para continuar a desenvolver este projecto?

I.T. - Sempre. É um trabalho desafiante, é preciso muito empenho apesar dos prejuízos imensos para a nossa vida privada e familiar. Não é um vencimento que estimula a entrega a esta função, mas quando os resultados e apreciação da população vêem ao encontro das nossas expectativas, esse estímulo deixa-nos felizes e impele-nos a dar continuidade ao nosso trabalho.

Entre equilibrar as finanças locais, dar apoio social, ter uma política desportiva, uma política cultural com conteúdos interessantes, fazer a economia mexer, arquitectar do ponto de vista da gestão e ao nível dos instrumentos necessários à concretização das actividades ao nível regulamentar, da revisão do PDM, da protecção civil, plano de emergência de protecção civil, plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, reactivação da Equipa de Sapadores Florestais. Nós fizemos tudo isso.

Normalmente os eleitos não são apreciados tanto pelo desenvolvimento ao nível da política social, cultural, desportiva, da capacidade gestória para o equilíbrio das finanças públicas. Normalmente um autarca é visto num óculo de fazer mais obra ou de fazer menos obra.

Eu não fiz obra faraónica, acho que o concelho dispensa os maus exemplos e os maus tempos, mas já tenho, neste momento, enquanto presidente, obras realizadas e pagas num valor superior a cinco milhões de euros. Acho que isto, sem qualquer modéstia, é um feito notável se considerarmos que, em simultâneo, reduzimos a dívida à razão de 64 por cento na dívida de curto prazo e de 47 por cento a médio e longo prazo. Acho que isto é notável em qualquer empresa e em qualquer autarquia.

Nós devemos ser equilibrados ao longo da vida e é o que tento fazer em termos da gestão autárquica e, pelos vistos, os resultados estão à vista de todos e o *feedback* da população é manifestamente positivo. Por isso, naturalmente, há que dar continuidade a este projecto agora que o Portugal 2020, enfim, está a editar avisos e a proporcionar a possibilidade de os municípios se candidatarem aos fundos. Este é mais um motivo para que possamos concretizar aquilo que negociámos e contratualizámos nas várias vertentes passíveis de financiamentos nacionais e comunitários para o desenvolvimento económico do nosso concelho.

Somos poucos por quilómetro quadrado, mas somos bons e, para mim, enquanto presidente de Câmara, somos os melhores do mundo. •